

PARA UMA DIALÉTICA DO TEXTO <sup>1</sup>

Fabio A. DURÃO

**RESUMO** *O presente trabalho propõe-se a ler O prazer do texto de Roland Barthes como uma representação do dilaceramento psíquico do sujeito no centro do capitalismo transnacional. Defende-se que uma certa desespacialização é a categoria mediadora entre manifestação estética e realidade social, e que, como princípio organizador do texto, ela pode ser verificada a) na incerteza quanto ao seu gênero discursivo: se crítico ou literário; b) no paradoxo de uma subjetividade desvalorizada e que no entanto é a fonte necessária de um virtuosismo crítico sem precedentes. O discurso da defesa de um não-espaço (atopia) é por fim visto como representativo de uma realidade onde a luta de classes não é mais localizável.*

**SUMMARY** *The following essay interprets Roland Barthes' The Pleasure of the Text as revealing the psychic rendering occurring in the kernel of transnacional capitalism. It is argued that a certain despatialization is the mediating category that accounts for both the inherent organizing principle of the book, and the underlying social reality. This is expressed in the text a) in the uncertainty concerning its genre, whether critic or literary; b) in the paradox of an underrated subjectivity that is notwithstanding the necessary source of a virtuosic criticism. Finally, the discourse advocating a non-spatiality (atopism) is analyzed as representing a reality where class struggle is no longer able to be localized.*

Enjoyed no sooner but despised straight,  
Past reason hunted, and no sooner had,  
Past reason hated as a swallowed bait  
On purpose laid to make the taker mad.

Shakespeare. Sonnet 129.

Qu'on annule simplement la catégorie de comparabilité, catégorie de mesure, et, à la place de la rationalité qui bien que de façon idéologique habite pourtant le principe d'échange comme une promesse, il apparaîtrait alors: appropriation immédiate, violence, de nos jours le privilège brut des monopoles et des cliques.

Adorno. *Dialéctique Négative*.

---

<sup>1</sup> Texto resultante da Dissertação de Mestrado, intitulada *Uma leitura da dialética e a dialética do Texto: duas posições no debate da teoria literária contemporânea*, apresentada ao Curso de Teoria Literária do Instituto de Estudos da Linguagem, da Unicamp, no dia 29 de agosto de 1997, sob a orientação da Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Iumna Maria Simon.

O presente trabalho presta-se, conquanto problematicamente, a uma formulação simples. Em uma palavra, argumenta que o atual conceito pós-estruturalista de texto, e sua decorrente prática crítica, traduzem a vivência de dilaceração pela qual passa o sujeito no capitalismo transnacional de hoje em dia. A teoria do Texto – logo veremos do que se trata – simbolizaria desta forma determinada condição (econômica, existencial) subjacente, específica dos países centrais do capitalismo. É claro, postos nestes termos (Texto = vivência das contradições estruturais do capitalismo tardio), o problema expõe-se ao já conhecido arsenal de críticas direcionado a certo marxismo vulgar: dogmatismo teórico, unilateralidade conceitual, incapacidade de conceber o estético em sua autonomia. Não que tais argumentos sejam invulneráveis e que o caráter social da arte seja anátema; trata-se pelo contrário de um problema de método: a aproximação entre obra e totalidade social não deve ser efetuada *nem cedo nem tarde demais*.<sup>2</sup> A medida certa, que nunca se confunde com o meio, não pode ser dada *a priori*, mas decorre do “olhar demorado sobre o objeto”, que acaba por revelar, a partir do que é mais intrínseco ao último, sua relevância social.<sup>3</sup> Cabe assim em primeiro lugar tentarmos caracterizar o conceito pós-estruturalista de texto.

O desenvolvimento da lingüística estrutural provocou um deslocamento quase irresistível. Uma vez descrito o sistema de uma língua – um pequeno número de unidades opostas e uma quantidade finita de relações – por que não aplicar os mesmos procedimentos heurísticos para os sinais de trânsito ou para as vestimentas? Mais ainda, por que não decifrar como linguagens os hábitos alimentares ou estruturas de parentesco de determinada comunidade; por que não interpretar a sociedade ou o inconsciente como uma linguagem? Erigida à categoria de código-mestre<sup>4</sup>, a linguagem passa a ler o mundo; de conjunto de grafemas em uma página, “texto” passa a significar qualquer articulação de linguagem, qualquer prática significativa. Surge assim uma entidade inominável, ao mesmo tempo totalmente abrangente – porque tudo pode virar linguagem – e em nenhum lugar presente, porque a identidade na língua se dá pela diferença: ao invés de estrutura, estruturação; ao invés de produto, produção. Evitando qualquer substancialidade, o Texto faz do referente uma metáfora e se recusa a remeter a algo para além de si próprio. Ora, como é constituído de um puro jogo relacional, não faz senão apontar seu próprio abismo, a impossibilidade última de construção de um sentido último. O desejo da total auto-referência<sup>5</sup> traz consigo, no entanto, as marcas de sua impossibilidade. A remissão para fora – e este é nosso argumento central – converte-

---

<sup>2</sup> A primeira define certo marxismo vulgar que, ao tomar categorias econômico-sociológicas como verdades irrefutáveis, desrespeita a autonomia dos objetos estéticos e não lhes rende a devida relevância; a última corre o risco de, ao introduzir mediações demais, perder de vista a sociedade e a história: tal risco está sempre muito presente, por exemplo, no estimulante *O Inconsciente Político* de Fredric Jameson (São Paulo: Ática, 1992). Trad. de Valter Lellis Siqueira e Maria Elisa Cevasco.

<sup>3</sup> Cf. T.W. Adorno. “Sobre o pensar filosófico” In: *Palavras e Sinais*. (Petrópolis: Vozes, 1995). Trad. Maria Helena Ruschel e Álvaro Valls.

<sup>4</sup> O termo é de Fredric Jameson. A mudança de paradigma explicador, de ciência-piloto, ocorrida com a lingüística é descrita em seu *The Prison-House of Language*. (Princeton: Princeton U.P., 1972).

<sup>5</sup> É interessante notar o paralelismo entre a vontade do puro texto na crítica do final do século XX, e a da pura arte no final do XIX.

se em uma angústia de dentro: é curioso notar como o Texto impinge a seus defensores uma forte carga emotiva. Um exemplo entre muitos:

Qualquer pergunta sobre o modo retórico de um texto literário é sempre uma pergunta retórica, que nem mesmo sabe se está realmente perguntando. O *pathos* resultante é uma ansiedade (ou júbilo, dependendo da disposição momentânea do temperamento individual de cada um) de ignorância e não uma ansiedade de referência...não como uma reação emotiva ao que a linguagem faz, mas como reação emotiva à impossibilidade de se saber o que ela pode estar tramando.<sup>6</sup>

Se a verdade do fora do texto está no *pathos* de dentro dele, o autor privilegiado para análise é sem dúvida Roland Barthes. Não apenas apresenta-se como dos mais influentes defensores do Texto, mas também tematizou (ao que parece por um desdobramento natural de suas preocupações) o *pathos-lógico* da textualidade. A obra em questão é *O prazer do texto*<sup>7</sup> e nossa leitura baseia-se no conceito de *des-espacialidade*. Com efeito, ele é o elemento de mediação: consiste em princípio estruturador do livro e resultado sobre o sujeito do movimento do capital na economia globalizada.<sup>8</sup> A destruição do espaço aparece no *Pt* sob múltiplas formas. Em primeiro lugar na noção principal do livro, o gozo: impossível de ser dito, de ser falado *sobre*, deve ser comentado *em*:

Com o escritor de gozo (e seu leitor) começa o texto insustentável, o texto impossível. Este texto é fora-do-prazer, fora-da-crítica, *salvo se alcançado por um outro texto de gozo*: você não pode falar “sobre” um tal texto, você pode falar “dentro” dele, *a sua maneira*, entrar em um plágio desvairado, afirmar historicamente o vazio do gozo (e não mais repetir obsessivamente a letra do prazer). [fragmento “Dire”]

Em segundo lugar, a construção do espaço do gozo<sup>9</sup> revela-se um não-lugar. Seja pela coabitação de diversas línguas (cf. o fragmento “Babel”), pelo estabelecimento de interstícios (“Bordas”, “Clivagem”), ou pela fragmentação da linguagem (“Frase”), ele caracteriza-se antes pela destruição de fronteiras que por seu estabelecimento (mesmo que estas sejam necessárias para depois serem anuladas). Em “Guerra” vemos uma

---

<sup>6</sup> Paul de Man. *Alegorias da Leitura*. (São Paulo: Imago, 1996). Trad. Lenita R. Esteves. p.35.

<sup>7</sup> Paris: Seuil, 1973. Na edição das obras completas (Paris: Seuil, 1993) vol. 2. p.1494-533. Doravante abreviado para *Pt*.

<sup>8</sup> A hipótese não é original; para formulações mais convincentes e elaboradas cf. David Harvey *The Condition of Postmodernity*. (Oxford: Blackwell, 1990), *The Limits to Capital*. (Chicago: University of Chicago Press. 1982); Fredric Jameson. *Postmodernism; or, the cultural logic of late capitalism*. (Durham: Duke U.P. 1991); “Pleasure: a Political Issue”, “The Ideology of the Text” in *The Ideologies of Theory*. 2vol. (Minneapolis: Minnesota U.P., 1986).

<sup>9</sup> A *jouissance* é um conceito da psicanálise lacaniana que infelizmente não teremos espaço de aprofundar aqui. Cumpre observar, contudo, que na escrita de Barthes é também responsável pela abolição do espaço metafórico da *topologia* psíquica.

interessante manipulação do espaço. Em primeiro lugar é associado à metáfora política esquerda vs. direita; em seguida é relacionado com a linguagem: “Uma tópica impiedosa rege a vida da linguagem; a linguagem vem sempre de algum lugar, ela é *topos* guerreiro.” O gozo configura-se por fim como a anulação do espaço político pela construção de uma atopia que paradoxalmente assemelha-se à paz: “Na guerra das linguagens, pode haver momentos tranqüilos, e estes momentos são os textos.”

A desespacialização ocorre também na própria classificação do *Pt*, que em última instância guiará sua recepção. Por um lado, através de uma interpretação específica, pode ser lido mimeticamente, como uma obra literária, por estranho que isto possa à primeira vista parecer<sup>10</sup>. Várias justificativas no entanto podem ser fornecidas para tal procedimento. Em primeiro lugar, a incerteza no bojo do próprio objeto: resultado de um processo contínuo de insatisfação com o desenvolvimento de uma metalinguagem cientificamente exata, a produção barthesiana desiste de apagar-se diante daquilo que comenta, como manda a praxe científica; a pretensão ao literário permeia assim sua escrita. Há marcas lingüísticas claras de tal processo. No *Pt*, por exemplo, a recorrência constante do uso do “eu” gera uma ambigüidade notável: por um lado pode significar a categoria de agente, apontando para um enunciador que propaga alguma espécie de saber e que por ele responde; por outro lado, no entanto, e talvez mais fortemente, atesta uma auto-reflexividade que faz do sujeito objeto, como se aquele relatasse em si mesmo os efeitos de determinadas condições socio-históricas.

Se, por outro lado, *O prazer do texto* habita o reino do conceito – neste caso tomando a forma de um *manifesto* – o procedimento que se faz necessário consiste em confrontar aquilo que a obra – ou suas leituras – propõem e aquilo que de fato produz. Em outras palavras, deve-se medir o efeito inerentemente violento do conceito como armadura de pensamento em relação ao não-idêntico daquilo que denomina; em seguida cumpre verificar a vingança que este último leva a cabo no seio do sistema que, querendo-se autônomo, o exclui. O caráter anti-sistemático do sistema a que o *Pt* dá origem ao ser lido como manifesto deve assim ser considerado como parte de seu conteúdo.

Para lidarmos com o *Pt* como manifesto devemos construir uma leitura que implica em inseri-lo em toda uma tradição de crítica ao projeto iluminista. Em grossas linhas, argumentar-se-ia, o primado da razão recalcou o prazer sob a égide da seriedade. Mais do que isto, os princípios racionais de planejamento (do espaço, do tempo, da vida quotidiana, dos projetos nacionais) inibiram outras formas de pensamento. O princípio da não-contradição, por exemplo, impede que dinâmicas como a do inconsciente sejam abordadas; a permanência de uma tradição asfíxiante relega a leitura da literatura para a repetição de hábitos culturais solidificados. A tudo isso responderia uma crítica gozante, que desta forma prometeria a libertação do prazer das amarras da impostora racionalidade iluminista.

---

<sup>10</sup> Talvez um pouco da estranheza de tal proposição possa ser evitada se pensarmos que, diante da crise das diversas modalidades tradicionais de escrita ficcional, a crítica será vista como o grande gênero literário da segunda metade do século XX.

A promessa de felicidade da escrita gozante tem justamente como pilar de suporte a ausência da categoria da negação. É ela que é enfatizada logo no começo do livro, sob a forma quase de um mote e que guiará o restante da obra: “Desviarei meu olhar: esta será a partir de agora minha única negação.” [Afirmação] A negação da negação aqui é diferente daquela da dialética, pois um positivo não é gerado, mas tão-somente a ausência, o neutro, o atópico. Quem não regozijaria na realização de um pensamento que ignorasse a contradição lógica [Babel], que fizesse com que “a diferença deslize subrepticamente para o lugar do conflito” ao dizer que este não é senão “o estado moral da diferença” [Comunidade]? O texto de gozo promete a paz na guerra das linguagens sociais [Direita, Guerra], a suspensão dos valores (morais) que regem nosso pensamento [Niilismo, Valor], e, num movimento contra a própria psicanálise, a libertação da Lei: “Dir-se-ia que a sociedade (a nossa) recusa (e acaba por ignorar) de tal forma o gozo, que ela pode apenas produzir epistemologias da Lei (e de sua contestação), jamais de sua ausência, ou, melhor ainda: de sua nulidade.” [Resistências].

Uma vez que o gozo é atópico em todos os sentidos (lógico, geográfico, social, lingüístico) é pertinente perguntarmo-nos como seria o mundo da *jouissance*, não em contrapartida com o mero prazer, mas levado às últimas conseqüências, expandido até o quanto se consegue desejar, até o infinito. Ora, o gozo, vinculado que é à vivência do significante, pode entranhar-se em qualquer materialidade de linguagem. Até mesmo a pura demanda caracterizada em “Tagarelice” (*Babil*), permitirá a *jouissance*, se houver um apetite materno para ela [Tédio]. A ausência de qualquer instância regulamentadora do jogo do gozo acaba por aniquilar o peculiar dos objetos de linguagem: a apologia da diferença destrói a diferença: a ubiqüidade do gozo leva ao indiferenciado.

Mencionamos acima a rejeição (hipotética) dos defensores do gozo do planejamento racional; o que surge, por sua vez, como princípio organizador do *Pt* senão a linguagem feita um anonimato aterrador? Muito em breve a defesa da *jouissance* reverte-se em puro e simples terror. Há, de fato, uma semelhança muito grande do indiferenciado do gozo com aquilo que Adorno e Horkheimer chamam de *mana*<sup>11</sup>, a substância primordial por meio da qual o pensamento pré-conceitual denominava o amorfo da natureza. De fato, tais autores postulam que o surgimento da linguagem vincula-se à nomeação do medo que o homem sentia em relação a um meio hostil e opressor. A indiferenciação projetada pelo prazer do texto, no entanto, está longe de ser “selvagem” ou “aborígene”; muito pelo contrário, ela se dá através da própria linguagem já estabelecida, como resultado do pensar mais avançado sobre ela. Forma-se assim um círculo quase didático de ilustração da dialética do esclarecimento, onde a promessa de felicidade e liberdade do gozo torna-se a defesa do terror do indiferenciado, do anti-subjetivo.

Que o *Pt* contenha em si uma reflexão sobre o medo (cf. fragmento de mesmo nome) não faz muita diferença; pelo contrário, isto parece inserir de forma irônica a interpretação do sintoma dentro da própria doença, enfatizando a impossibilidade de

---

<sup>11</sup> cf. Adorno & Horkheimer. *Dialética do Esclarecimento*. (Rio de Janeiro: Zahar, 1985). Trad. Guido Antônio de Almeida. Bob Hullot-Kentor. “Introduction to Adorno’s “Idea of Natural History”, e Adorno. “The Idea of Natural History”, in *Telos* 60, (Verão 1984).p.97-110 e 111-124, respectivamente.

cura. O medo, resultado da vivência do significante, é assim escrito ele mesmo como significante no fluir do *Pt*. Isto chama a atenção para a própria organização do livro. Para vislumbrar o indiferenciado em funcionamento no *Pt* basta apenas observar sua estruturação. Como foi dito, o gozo é ubíquo e extensível a qualquer produção de linguagem; conseqüentemente, uma hierarquização racional das diversas partes da obra seria externa a ele e conseqüentemente contraditória. Resta assim a ordem do *próprio alfabeto* como única possibilidade de estruturação. Ora, o que poderia ser mais estranho e fora da razão do que a sucessão das letras? A linguagem tida como pura fungibilidade, subtraída de qualquer promessa, reverte-se em uma exterioridade opressora e indiferenciada.

Considerar o *Pt* como mimesis, por outro lado, consiste em lê-lo como ficção. Isto é possível se defendermos que, longe de advogar uma posição teórica ou programa, a obra, ao descrever uma experiência cuja “realidade” pode ser posta em parênteses, é capaz de fornecer alguma espécie de conhecimento sobre a sociedade que lhe deu origem. Para tanto interpretaremos o *Pt* através de três mediações concêntricas, que tentarão dar conta dos níveis político, social, e econômico, respectivamente.<sup>12</sup> Cumpre assim, em primeiro lugar, conceber o *Pt* como uma narrativa que lida com um dilema específico da nossa época e que simbolicamente fornece uma resposta satisfatória para ele. Para tanto convém rapidamente debruçarmo-nos de novo sobre aquilo que foi a avalanche epistemo-crítico-filosófica do estruturalismo francês. Como afirma Fredric Jameson, tal avalanche nada mais foi que o descobrimento de um referente específico, a saber, a própria linguagem<sup>13</sup>. Não qualquer *lógos*, no entanto, mas aquele considerado como sistema, como um conjunto de elementos fechado em si, e passível de descrição científica. Podemos postular que este nascimento da linguagem como código de leitura é um produto histórico da *Aufklärung* em sua guerra contra o mito. Encarar de frente a onda estruturalista e sua ressaca (o pós) significa atentar para um longo processo de extirpação do que hoje, *post factum*, concebemos como linguagem, de tudo o que lhe era extrínseco. Imperativos morais, regras de boa conduta gramatical, reminiscências de poderes mágicos, para a linguagem comum; intencionalidade do autor, determinantes socio-históricas, dados biográficos, para o discurso crítico: tudo é subtraído em prol de um núcleo racional passível de investigação segundo moldes científicos:

A descrição [de qualquer língua] deve ser não-contraditória, exaustiva e o mais simples possível. A exigência de não-contradição tem precedência sobre a exigência de exaustão, e a exigência de exaustão tem precedência sobre aquela de simplicidade.<sup>14</sup>

A aquisição maior da ciência da linguagem foi a descoberta de sua natureza relacional, que resultou em uma des-substancialização. O princípio ao mesmo tempo heurístico, metodológico, e teleológico da oposição binária acaba por subtrair da

---

<sup>12</sup> Seguimos aqui o modelo de Jameson em *O Inconsciente Político*. op.cit.

<sup>13</sup> Cf. *The Prison-House of Language*. op.cit.

<sup>14</sup> *Prolégomènes a une Théorie du Langage*. (Paris: Minuit, 1968). Trad. Anne-Marie Léonard. p.21.

linguagem o avatar último do não-racional, o significado: está instaurado o reino do significante. O processo da *Aufklärung* da linguagem traz como consequência um potencial de produção de sentido inédito na história da humanidade: tal qual a produção de bens duráveis, a literatura, a filosofia e a crítica do final do século XX podem vangloriar-se de uma exuberância e opulência significativa sem precedentes e sem páreo em qualquer outra civilização. Acompanhando como causa e efeito, a riqueza do significante emerge um princípio de total fungibilidade: a ausência de um significado último, este sendo considerado como mero *efeito* da cadeia de significantes, faz com que estes tenham um valor rigorosamente idêntico, sendo mutuamente intercambiáveis.

O argumento-chave para lermos o *Pt* como literatura consiste então em defender que Barthes leva ao extremo este processo de tecnologização da linguagem. De fato, a analogia impõe-se: o desenvolvimento das forças produtivas na sociedade é paralelamente seguido naquilo que estamos neste momento considerando como arte. Tal paralelismo não é metafórico, contudo; está inscrito no real, uma vez que a forma da mercadoria de tal maneira permeia a sociedade, que passa a constituir uma verdadeira totalidade – no entanto falsa.

Cabe assim relacionar o desenvolvimento das forças produtivas na sociedade e na concepção de linguagem com o que ocorre no *Pt*. O ponto nodal para isto ser feito reside na dialética entre sujeito e objeto. Esta oposição, cuja existência é inevitável<sup>15</sup>, apresenta uma dissimetria óbvia para com o segundo termo. Não foi Lacan que reduziu o sujeito a mero efeito da relação do significante  $S_1$  com  $S_2$ ; ou mesmo Lévi-Strauss que invertendo a frase habitual sentenciou que a língua pensa o homem?

A primeira baixa da subjetividade aconteceu com a morte do autor. Que não é tão fácil assim extinguí-lo fica aparente em trechos como este:

Como instituição, o autor está morto: sua pessoa civil, passional, biográfica, desapareceu; despossuída, não mais exerce sobre sua obra a formidável paternidade cujo estabelecimento e renovação do relato a história literária, o ensino, a opinião tiveram por função concretizar: mas no texto, de certa maneira, *desejo* o autor: tenho necessidade de sua figura (que não é nem sua representação, nem sua projeção), como ele tem necessidade da minha (salvo para “tagarelar”).  
[*Pt*, “Fétiche”]

Paralela à des-subjetivação da literatura, ocorre um processo de des-ontologização. Primeiro pelo efeito da linguagem: o kantianismo estruturalista impede a abordagem da coisa-em-si, colocando-a em um processo de eterno adiamento e auto remissão. Segundo, devido à ação do próprio prazer, que faz com que todo acontecimento deva ser referido ao sujeito (ironicamente proclamado inexistente) que o experimenta. A proliferação de códigos a que fizemos menção acima, resultado do desenvolvimento tecnológico da linguagem, estabelece uma relação de pura exterioridade com o sujeito que a enuncia, e *no entanto isto só se deve a sua engenhosidade*. É justamente porque nunca houve na história tanta possibilidade de significação que o papel do intérprete

---

<sup>15</sup> Cf. Adorno “Sobre sujeito e objeto”, in *Palavras e Sinais*. op.cit. p.181-201.

assume tanta importância. Uma teoria dessubjetivada e o imperativo de um crítico virtuoso: as duas figuras são rigorosamente paralelas e necessárias. Vemos assim que o *Pt* configura-se como uma resposta simbólica à pergunta “a linguagem é fruto do homem, ou o homem é fruto da linguagem?”<sup>16</sup>, as duas possibilidades sendo conciliadas na leitura da obra.

No entanto, a antinomia que Barthes acaba por resolver simbolicamente não é vivida por um sujeito universal, mas está relacionada a uma visão específica de classe, que deve ser re-escrita como disputa pelo espaço. Ora, a atopia do gozo que foi descrita acima adquire aqui um sentido social. A ausência de um sujeito que se aproprie dos frutos de seu trabalho significante transforma-se agora na ausência de uma classe que possa falar com/por ele. Este vácuo social adequa-se de forma perfeita à posição do intelectual na sociedade pós-maio de 68. Afastado de um momento de praxis, desiludido de uma promessa iminente de libertação, conforma-se com a mercadorização da sociedade do espetáculo em que vive, e goza com ela. Mais ainda: sua auto-complacência eleva-se a um segundo grau, na medida em que indulgentemente se permite não apenas o prazer, mas defende sua teoria. É então possível de lermos o *Pt* como a criação de um não-espaço que é a própria negação da luta de classe.

É claro, a luta de classe é uma daquelas questões com as quais não podemos *não* nos relacionar: negar-lhe já é ocupar um lugar específico nela. E não se pode condenar a tentativa de recuperar um outro tipo de narrativa, com a qual o *Pt* secretamente dialoga na luta pela delimitação do espaço. Temos em mente aqui a idéia de Jameson de considerar a literatura do terceiro mundo como inevitavelmente expressando uma *alegoria nacional*<sup>17</sup>. Para ele, a posição da periferia, tal qual a do escravo no episódio da *Fenomenologia* de Hegel, é uma de favorecimento epistemológico: de fora vê-se melhor. O principal resultado desta posição, ainda segundo Jameson, representa a capacidade da ficção terceiro mundista em desfazer a ilusão de autonomia das esferas pública e privada, da dicotomia entre política e poesia, Marx e Freud.

Mesmo se não concordarmos com esta hipótese – e sentirmos que “terceiro mundo” seja uma denominação primeiro-mundista, ainda assim poderíamos averiguar a vocação da literatura dos países periféricos para a demarcação espacial, através de toda a controvérsia sobre o regionalismo vs. universalismo que permeia a história destes países sejam africanos, asiáticos, ou latino-americanos. Pois é apenas para o dominado que o desejo de universalização pode ser *escolhido*; para o dominador, é óbvio, ele já é um dado e foje ao seu horizonte<sup>18</sup>. Ora, se a literatura periférica está necessariamente

---

<sup>16</sup> Há também a possibilidade de postular-se como a ideologia do *Pt* o fato de que a subjetividade é enfraquecida apenas o suficiente para deparar-se com os frutos de seu próprio trabalho e consumi-los como uma pura exterioridade: a significação como mercadoria.

<sup>17</sup> Cf. “Third World Literature in the Era of Multinational Capitalism”, *Social Text* 15 (Outono, 1986) p.65-88. Aijaz Ahmad escreveu uma crítica a este artigo, “Jameson’s Rhetoric of Otherness and the ‘National Allegory’” (*Social Text* 17 [Outono, 1987] p.3-25), que, apesar de objeções bem fundadas, não invalida a hipótese de Jameson. Esta é reafirmada por ele na réplica “A Brief Response”, p.26-7 do mesmo volume.

<sup>18</sup> Talvez o caso mais interessante de estudo seja o dos Estados Unidos, que passaram de periferia a centro. Com efeito, uma modificação do horizonte literário norte-americano pode ser notada, por exemplo de Washington Irving a Henry James, que resulta no progressivo esvaecimento do dilema do universal e do particular.

ligada à particularidade (nacional), segue-se como consequência que sua natureza será sempre de *demarcação espacial*. Forma-se assim um contraponto dialógico perfeito entre a a-espacialidade do *Pt* e o mapeamento da literatura periférica.

Esta disputa pelo espaço remete o problema com o qual estamos lidando a um terceiro nível, a saber, o econômico. Se o *Pt* foi visto primeiramente como a resolução simbólica para um conflito vivido em torno do papel do sujeito como agente; se depois foi inserido em uma *parole* social que luta pela delimitação do espaço; cumpre agora relacionar tudo isso com a forma de produção e reprodução da sociedade contemporânea.

Uma terceira fase do capitalismo como a era do consumo alucinado em um mundo onde a produção, agora globalizada, não é mais visível: eis aqui uma hipótese que se encaixa perfeitamente com a passividade do sujeito barthesiano, consumidor alienado de sentido, que foi no entanto produzido por ele próprio<sup>19</sup>. Seria então necessário enfatizar a semelhança entre o significante de Lacan/Barthes e a mercadoria em seu último estágio de desenvolvimento?<sup>20</sup> Seria demais perguntarmo-nos se a própria articulação da psicanálise em termos de linguagem, e mais especificamente do significante, não representa uma fase última da reificação do homem, quando a lógica da mercadoria penetra o inconsciente<sup>21</sup>? Vemos agora o círculo fechar-se. A hipótese com a qual começamos, a saber, a total auto-referencialidade do texto, a inexistência de seu *au-delà*, surge assim como “reflexo” de um modo de produção, o capitalismo transnacional, que lhe é exterior, e que permanece inexoravelmente como seu “fora”. A consciência desta realidade espacial é uma dupla chave: abre possibilidade de compreensão para o que há de mais específico na experiência do capitalismo contemporâneo nos países desenvolvidos, e apresenta-se como pré-condição para uma prática política libertária.

---

<sup>19</sup> Jameson chega a uma conclusão algo diferente entre a relação gozo e capitalismo, que vale registro: “A imensa cultura do simulacro, cuja experiência, gostemos ou não, constitui toda uma série de êxtases diários e ataques pontuais de *jouissance* ou dissoluções esquizofrênicas – “c’était ça! c’est donc moi! c’est donc à moi!” – poderia apropriadamente ser interpretada como tantos pontos de contato com este algo igualmente infigurável e inimaginável, o aparato multinacional, o grande sistema suprapessoal da tecnologia do capitalismo tardio.” “Pleasure: a Political Issue” in *The Ideologies of Theory*. Op.cit.vol.2.p.73.

<sup>20</sup> “É desta forma então que continuamos a pisar o velho capitalismo clássico, enquanto nossas cabeças movem-se pela alucinógena atmosfera aparentemente bem diferente da mídia e do supermercado/bairro rico [*suburb*]; a primeira destas realidades, tal qual o significado lacaniano, é reprimida o máximo possível sob a segunda, levada abaixo da barra divisória da fração semiótica, para algo que não é inteiramente um inconsciente.” “The Ideology of the Text” art. cit. p.68. Para a “fração semiótica” cf. de Lacan, “The Insistence of the Letter in the Unconscious”, trad. Jan Miel, in David Lodge (ed.) *Modern Criticism and Theory*. (Londres: Longman, 1988).

<sup>21</sup> É interessante notar aqui a relevância do trabalho pioneiro de Guy Debord. Cf. *La société du spectacle*. Paris: Gallimard, 1992 (1ª.ed.1968). e *Commentaires sur la société du spectacle*. (Paris: Ed.Gérard Lebovici, 1988).